

blica Velha. Desde o pacto de Ouro Fino, vinha funcionando com certa regularidade e aliança entre as unidades federativas mais poderosa, São Paulo e Minas Gerais, a política "café com leite". Se o mineiro Artur Bernardes legara o Catete ao paulista Washington Luiz, quando chegasse a hora da escolha do sucessor deste, caberia a Minas recolher a faixa presidencial na pessoa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. A isto se associava o fato de Antônio Carlos possuir credenciais bastantes para justificar o ambicioso desejo de atingir a presidência. Um estudo mais profundo do governo Antônio Carlos e de sua atuação nos acontecimentos que se sucedem à Revolução de Trinta indicam a consciência da crise de poder político por que passava o País, em virtude da crise do regime de dominação oligárquica, do declínio do clientelismo e da incapacidade, por parte do governo, de adaptar-se às novas condições do País.

Em Minas, embora esse problema não tivesse ainda adquirido uma forma aguda, pois neste período predominam as grandes propriedades rurais e os grupos que dela derivam e seu poder, já existem grupos que atuam no sentido de forçar um processo de mudança no estado. Fazem parte destes grupos: Os Intelectuais - elementos oriundos dos setores médios ou das próprias oligarquiias, e que demonstram suas disposições à mudança através da intensa atuação política dos acadêmicos de Direito e do Movimento Modernista. Este movimento não se restringe a Belo Horizonte, já na época um centro de expressão no campo político e cultural. Atinge também Cataguases, núcleo cafeeiro de imigrantes situado na zona da Mata.

Além dos intelectuais, existem os grupos populares, que embora haja uma tendência entre certos autores a negar

sua importância como fator de pressão em Minas neste período<sup>(\*)</sup>, com base nos dados estatísticos a respeito da distribuição da população por atividade econômica - estes grupos já existem e pressionam, ainda que de forma menos intensa que em São Paulo, por exemplo.

Somente em Belo Horizonte, nesse período, o jornal "O Operário", órgão da Federação Católica do Trabalho, fala do funcionamento de dezessete sindicatos: "carroceiros, empregados postais, guardas e demais empregados da Central, barbeiros, pedreiros, ferroviários do Brasil, mecânicos e eletricistas, roteiristas e condutores, empregados no comércio, empregados em fábricas de tecidos, alfaiates, retalhistas e empregados em açougue. Estes sindicados congregam, em sua maioria, pessoas empregadas em atividades ligadas ao setor terciário. O jornal registra ainda o número de reuniões mensais realizadas por estes sindicados, sendo em média duas para cada um deles". (7)

O movimento operário, em Belo Horizonte, assume características especiais em virtude da atuação da Igreja Católica, o que dá à falsa impressão de não ter havido mobilizações em Minas neste setor. Dispõndo de grande poder de mobilização, a Igreja Católica congrega no Estado, os diversos segmentos pertencentes às classes populares em organizações como: Associação de Moços Católicos, União Popular, Lutas Pela Moralidade, Confederação Católica do Trabalho, etc.. Estas agremiações militam atuantes, constituem-se em elementos de ligação entre estes grupos e o poder, e representam para os profissionais e estudantes

(\*) Boris Fausto manifesta esta tendência neste livro, afirmando que em Minas, ainda na década de 40, 82% da população se ligava à atividade relacionada à agricultura e à pecuária; 7% se ligava ao comércio, aos transportes, comunicações; 6% à Indústrias de Transportes, 3% à atividade das relacionadas com Indústrias Extrativas; e 2% à profissões liberais, culto e administração privada. FAUSTO, Boris. "A Revolução de Trinta", p.99.